



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0102021-9

AUTORA: GRES – GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EXPRESSO DO SAMBA

RÉUS: ADELÚCIA GONÇALVES DE BARROS SIMÕES e outro

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. POSSESSÓRIA. EMBARGOS DE TERCEIRO PENDENTE. COISA JULGADA CONFIGURADA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM NO FEITO ORIGINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSITIVO DE LEI.

- A propositura de embargos de terceiro não impede a formação da coisa julgada na ação possessória principal. Com o decurso do prazo recursal sem interposição de recurso pela parte ou terceiro prejudicado, a imutabilidade da decisão é alcançada. Portanto, com o trânsito em julgada, adequada é a via rescisória.

- Das provas coligidas nos autos, extrai-se que o esbulho sofrido pelos réus, de fato, fora promovido pela pessoa física do representante da entidade autora, o qual possuía a posse em decorrência de contrato de comodato verbal. Portanto, este era a parte legítima para figurar no pólo passivo.

- Não configuração de violação a literal dispositivo de lei.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de ação rescisória nº 0102021-9, distribuído originariamente a esta Corte, em que figura, como autora, **GRES – GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EXPRESSO DO SAMBA** e, como réus, **ADELÚCIA GONÇALVES DE BARROS SIMÕES e outro**.

Acordam os Desembargadores que compõem o Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar preliminar de falta de interesse de agir e, no mérito, julgar improcedente a pretensão rescisória.

Recife, 08 de fevereiro de 2010.

Des. Fernando Martins- Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Cab. de Des. Fernando Martins

277 jul 09
217

AÇÃO RESCISÓRIA Nº0102021-9

AUTORA: GRES – GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EXPRESSO DO SAMBA

RÉUS: 1. ADELÚCIA GONÇALVES DE BARROS SIMÕES e outro

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATÓRIO

Trata-se de ação rescisória onde se pretende rescindir o acórdão proferido pela Sexta Câmara Cível deste Tribunal em sede da ação de reintegração de posse proposta pelos ora réus contra FERNANDO DE MELO RANGEL, antigo presidente da entidade autora.

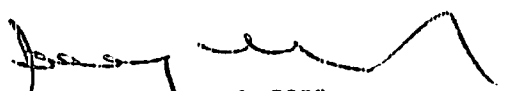
Com fundamento de sua pretensão rescisória, alega a autora ter o *decisum* rescindendo incorrido em violação à literal disposição legal, na medida em que não observou a ilegitimidade passiva *ad causam* da pessoa que figurou no pólo passivo daquela ação e impediu a autora desta ação de exercer seu direito à ampla defesa.

Às fls. 154/166, os réus apresentaram contestação, suscitando preliminar de falta de interesse processual e, no mérito, requerendo a improcedência da pretensão rescisória para a manutenção da decisão reintegratória de posse em seu favor.

Por meio do parecer de fls. 271/274, o Ministério Público opinou pela rejeição da preliminar e, no mérito, pela improcedência do pedido rescisório.

É o relatório.

À revisão.


Recife, 06 de agosto de 2009.

Des. Fernando Martins – Relator

284
R
218

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0102021-9

AUTORA: GRES – GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EXPRESSO DO SAMBA

RÉUS: 1. ADELÚCIA GONÇALVES DE BARROS SIMÕES;

2. AURIDELMIR GONÇALVES DE BARROS;

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

VOTO

Como relatado, cuida-se de ação rescisória, onde se objetiva rescindir o acórdão proferido na ação de reintegração de posse, que reintegrou ADELÚCIA SIMÕES e AURIDELMIR BARROS, ora réus, na posse do imóvel descrito na inicial. Como fundamento de sua pretensão rescisória, alega violação à literal dispositivo legal, em virtude do não atendimento naquele feito de uma das condições da ação, a legitimidade passiva ad causam exigida no art. 3º do CPC, e da não observância do princípio da ampla defesa em favor da entidade, ora autora.

Antes de apreciar o mérito, analiso a preliminar suscitada.

PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL

Assevera a ré que a decisão que se pretende rescindir não transitou em julgado em relação à entidade autora, vez que a matéria possessória objeto da ação de reintegração ainda continua a ser discutida em sede dos embargos de terceiro propostos pela autora e ainda pendente de julgamento na instância inferior. Assim sendo, não havendo o trânsito em julgado da decisão rescindenda, careceria a autora do interesse de agir.

Não lhe assiste razão.

A certidão de fls. 260 atesta o trânsito em julgado da decisão rescindenda.

dofl



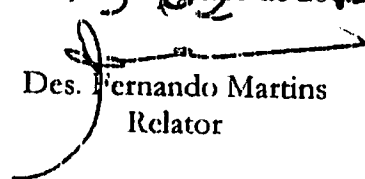
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

Cumpre ressaltar ainda que a propositura de embargos de terceiro não impede a formação da coisa julgada da decisão proferida no processo principal. Até porque a possibilidade da propositura de embargos de terceiros a reabrir a discussão sobre a posse do bem objeto de anterior ação possessória decorre apenas do fato de que os efeitos da coisa julgada da decisão possessória são *inter partes*, não atingindo, portanto, terceiros.

Impende notar, portanto, que, tendo decorrido o prazo recursal sem a interposição de recursos pela parte ou por terceiro prejudicado ou esgotadas todas as vias recursais, a imutabilidade da decisão é alcançada.

Desse modo, rejeito a preliminar de falta de interesse de agir.

Recife, 05 de agosto de 2010


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

AÇÃO RESCISÓRIA Nº0102021-9

DO MÉRITO

Como consabido, a rescisória pressupõe a existência de uma decisão de mérito transitada em julgado e a ocorrência de uma das hipóteses de rescindibilidade, previstos nos incisos do art. 485 do Código de Processo Civil.

No caso em tela, a autora funda sua pretensão na hipótese de violação literal à disposição de lei.

Assevera a entidade autora que, a despeito de ser a possuidora do imóvel cuja posse perseguem os autores da ação reintegratória, ora réus, não fora chamada a integrar a lide, tendo figurado no pólo passivo apenas a pessoa física de seu presidente. Assim sendo, violado estaria o art. 3º do CPC que exige a legitimidade como uma das condições da ação, bem como o art. 212 e 214 do mesmo diploma legal que prevê a necessidade de citação do réu; os art. 295, II e 301, X, ao não se decretar a carência de ação e, por fim, o art. 5º, LV, da Carta Magna, que consagra o princípio da ampla defesa.

Não merece prosperar tal alegação. Vejamos.

Dos autos, extrai-se que o esbulho sofrido pelos ora réus, de fato, fora promovido pelo Sr. Fernando de Melo Rangel, que figurou como réu naquela ação possessória. Portanto, não há o que se falar em ilegitimidade ad causam para figurar no pólo passivo daquela ação.

Segundo as provas coligidas nos autos, verifico que, na verdade, o imóvel foi cedido pelo Sr. Auridelmir de Barros, um dos autores da ação de reintegração de posse, que figura como réu neste ação, ao Sr. Fernando, em 1991, para provisoriamente promover ensaios de uma escola de samba de interesse da comunidade. Tal fato, inclusive, foi confessado pelo Sr. Auridelmir e confirmado pelo Sr. Fernando em seus depoimentos contidos no termo de fls. 177.

288
R

221



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

Assim sendo, tem-se que houve um contrato de comodato verbal entre as partes, uma vez que se tratou de um empréstimo gratuito de coisa infungível, consoante dispõe o art. 579 do CC/2002 (antigo art. 1248 do CC/16).

Conforme os ensinamentos do Caio Mário da Silva Pereira: "Comodato é o empréstimo de coisas não fungíveis (Código Civil, art. 579), isto é, aquele contrato pelo qual uma pessoa entrega à outra, gratuitamente, coisa não fungível, para que a utilize e depois restitua".

Ocorre que, uma vez cedida a área, objeto da presente lide, o comodatário, edificou uma casa de eventos denominada GRES EXPRESSO DO SAMEA.

Bem, não obstante não ter sido estabelecido entre o ora réu, Sr. Auridelmir de Barros e o comodatário Sr. Fernando prazo para a restituição do bem, é fácil perceber que, a partir do momento em que fora o comodatário acionado judicialmente, em 1995, em função da construção por ele erguida no imóvel, restou demonstrada a vontade dos antigos possuidores em não continuar com o contrato de comodato. Assim, entendendo que, uma vez denunciado o negócio jurídico, restou caracterizado o esbulho possessório. A partir desse momento, a posse direta conferida ao Sr. Fernando converteu-se em injusta.

Desse modo, considero acertada a decisão que, reconhecendo o esbulho possessório, determinou a reintegração da posse em favor dos seus antigos possuidores.

Ademais, não merece guarida a alegação de que, na verdade, a posse direta fora conferida à Gres – Expresso do Samba, ora autora, e não à pessoa física de seu presidente.

Como restou transcrito na sentença do juízo de primeiro grau, o próprio depoimento do representante legal (fls. 177) da entidade autora confessa que a área fora a ele, pessoa física, cedida, ao afirmar:

do fl



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

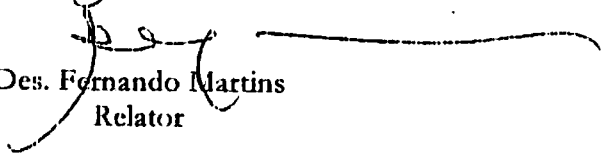
“Que no ano de 1991 teve a posse consentida, em parte do terreno onde estão residindo o autor Auredelnir; que, depois dessa data promoveu algumas benfeitorias em alvenaria no referido local; que, essas benfeitorias foram demolidas pela Prefeitura por razões desconhecidas do depoente; que, embora demolidas as benfeitorias o depoente com sua escola de samba permaneceu no local... que em 1995 deu início a nova construção, tendo paralisado a obra em fevereiro de 1997... que os autores não consentiram com a nova construção; que quando da nova construção, de 1995 a fevereiro de 1997, os autores reclamaram perante o Juizado de Pequenas Causas...”.

Denota-se, portanto, que a posse do imóvel, em tela, foi concedida ao Sr. Rangel que, apenas posteriormente, construiu o mencionado galpão ocupado pela entidade autora. Como se vê, evidenciado fica que o ato esbulhador foi por ele promovido, em seu próprio nome.

Nesse contexto, considero que o Sr. Fernando Rangel era parte legítima para figurar no pólo passivo daquela ação possessória.

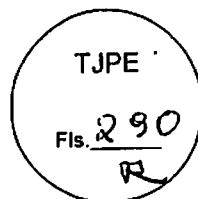
Diante do exposto, por não vislumbro a configuração da violação a literal dispositivo de lei invocada como fundamento da presente ação rescisória, motivo pelo qual voto pela sua improcedência.

Recife, 2 de 02 de


Des. Fernando Martins
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



223

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

AÇÃO RESCISÓRIA 102021-9

RELATOR: DES. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AUTOR: GRES - GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA EXPRESSO DO
SAMBA
RÉUS: ADELÚCIA BARROS SIMÕES e AURIDELMIR GONÇALVES DE BARROS

V C T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de ação rescisória ajuizada contra sentença (fls. 33/37) proferida pelo Juízo da 10ª Vara Cível da Capital (processo nº 001.1997.042556-3), a qual julgou procedente "o pedido de fls. 02/05 para reintegrar, como reintegro, os autores na posse plena e direito do terreno invadido pelo réu, na qual foi edificada a sede (galpão) da Gres Expresso do Samba, determinando que o Suplicado promova, querendo, o desfazimento da obra, sob pena de não fazendo, ser feito pelos autores".

O presente feito fora ajuizado visando rescindir a aludida sentença, alegando a ocorrência de violação a dispositivo legal, nos termos do inciso V, do art. 485 do CPC, diante do não chamamento do ora Autor para compor a lide na Ação de Reintegração de Posse da qual decorreu a sentença rescindenda (processo nº 001.1997.042556-3), sendo citado apenas o Sr. Fernando de Melo Rangel, então Presidente da GRES, o qual não tinha legitimidade passiva para responder à citada demanda, diante da posse do ora Autor sobre o bem a ser reintegrado.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

224

Suscita a violação aos artigos 3º, 213, 214, 295, II e 301, X, todos do Código de Processo Civil, bem como ao artigo 5º, LV da Constituição Federal¹, pois o bem reintegrado, qual seja, imóvel localizado à Rua Coronel Mário Libório, nº 332, Campina do Barreto, Recife, é utilizado como sede do Requerente desde 08.11.1989, refletindo assim a necessidade de sua participação na indigitada Ação Reintegratória.

Inicialmente o Autor interpôs Ação Cautelar (processo nº 102030-8), buscando a suspensão da execução da sentença rescindenda, restando a referida demanda extinta com julgamento de mérito, diante do não cabimento da medida cautelar, em ação rescisória, para obstar os efeitos da coisa julgada. (fls. 201/203 da Medida Cautelar)

Em contestação (fls. 154/166), arguem os Réus, preliminarmente, a ausência de interesse de agir do Autor, em virtude dos Embargos de Terceiros (processo nº 001.2003.0506822-5) opostos pelo mesmo ainda não terem transitado em julgado, restando descabido o manejo da presente demanda rescisória.

¹ Art. 3º. Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

Art. 213. Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.

Art. 214. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu.

(...)

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

(...)

II- quando a parte for manifestamente ilegítima;

Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:

(...)

X- carência de ação;

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV. aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Palácio de Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 291

R

225

No mérito, asseveram a discrepância entre o endereço da sede do Requerente e do imóvel objeto da reintegração de posse, localizado à Rua do Rio, nº 1146, esquina com a Rua Coronel Libório, encontrando-se o bem "reincorporado" no lado oposto ao da sede da supracitada Agremiação.

Argumentam ainda o fato do Autor não ter feito qualquer prova do seu patrimônio sobre o bem reintegrado, bem como a circunstância de que fora o Sr. Fernando Rangel quem construiu na área reivindicada, não importando se o mesmo cedeu o imóvel, a título gratuito ou oneroso, posteriormente ao Requerente.

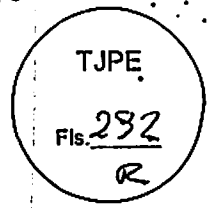
A Douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer (fls. 271/274), opinando pela rejeição da preliminar de falta de interesse de agir, e no mérito pela improcedência da ação.

É o breve relatório. Decido.

Mão exis k fl. 04 e. 06.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



226

PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE AGIR

Através da presente preambular, os Réus requerem a extinção do feito, diante da existência de Embargos de Terceiros opostos pelo Autor ainda não transitados em julgado, restando incabível o manejo da presente demanda rescisória.

Entretanto, resta demonstrado o interesse do Autor no feito em comento, pois o mesmo questiona a existência de nulidade na Ação de Reintegração de Posse cuja sentença se pretende rescindir, alegando a turbação em imóvel do qual possui a posse.

Deste modo, ~~NÃO CONHEÇO DA PRELIMINAR~~ de ausência de interesse de agir. *RECUSO A DEFERIR*

É como voto.

Recife, 03/02/00.

Johnny
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 293
R

227

MÉRITO

De logo, concedo ao Autor o benefício da gratuidade da justiça, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50², observando-se a declaração de fls. 05.

A presente demanda fora ajuizada com fulcro no inciso V, do art. 485 do CPC, alegando-se a ocorrência de violação literal a dispositivo de lei, resultando em desprezo pelo sistema de normas no julgado rescindendo. Dispõe o supracitado artigo:

.....

Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...)

V. violar literal disposição de lei;(g.n)

.....

Ora, para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC prospere, é necessária uma interpretação aberrante, na sentença rescindenda, violando-se o dispositivo legal em sua literalidade; caso contrário, se a sentença rescindenda elege um dentre vários posicionamentos cabíveis, mesmo não sendo este o melhor, o procedimento rescisório não merece vingar, sob pena de se tornar recurso ordinário com prazo de interposição de dois anos.

Sobre o tema, leciona o Ministro Luiz Fux:

.....

(...) a causa de rescindibilidade reclama 'violação' à lei; por isso, 'interpretar' não é violar. Ainda é atual como fonte informativa que tem sido utilizada pela

²Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

7



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Furtado de Moraes

TJPE

Fls. _____

228.

jurisprudência, a enunciação do CPC de 1939, no seu artigo 800, caput: 'A injustiça da sentença e a má apreciação da prova ou errônea interpretação do contrato não autorizam o exercício da ação rescisória'. Ademais, para que a ação fundada no art. 485, V, do CPC, seja acolhida, é necessário que a interpretação dada pelo decisum rescindendo seja de tal modo teratológica que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Ao revés, se a decisão rescindenda elege uma dentre as interpretações cabíveis, a ação rescisória não merece prosperar. (...) A contrario sensu, se a decisão rescindenda isoladamente acolhe pela vez primeira tese inusitada, sugere-se a violação.³

Contudo, na hipótese em apreço, não restou comprovada pelo Autor a violação literal à dispositivo de lei na sentença rescindenda.

Com efeito, as alegações do Autor fundam-se na ausência de sua citação para compor a lide na Ação de Reintegração de Posse ajuizada pelos réus, havendo a citação apenas do Sr. Fernando de Melo Rangel, então presidente da Expresso do Samba, ensejando na nulidade da referida demanda reintegratória, diante da personalidade jurídica distinta do ora Requerente em relação aos seus associados, os quais não podem responder, pessoalmente, pela Agremiação.

Inicialmente, observe-se que o imóvel objeto da reintegração de posse situa-se na Rua do Rio, nº 1146, Campina do Barreto, Recife, conforme petitório de fls. 26/29; lado outro, a sede do Autor localiza-se na Rua Coronel Libório, nº 332, Campina do Barreto, Recife-PE, refletindo assim a total disparidade entre os dois imóveis indicados.

³ Luiz Fux, in Curso de Direito Processual Civil, 2ª Ed., Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004, págs 849/850)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Salvador de Les. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. 294

229

Os documentos de fls. 173 e 202 comprovam a malsinada incongruência, pois o imóvel no qual figura a sede do Autor possui inscrição imobiliária nº 2.1305.112.04.2658.0000.7 e área total de 95m² (noventa e cinco metros quadrados), enquanto o imóvel reintegrado possui inscrição nº 210.170 e área de 55x66m² (cinquenta e cinco por sessenta e seis metros quadrados).

Além do mais, o Sr. Fernando Rangel, no depoimento de fls. 177, assinala: "que, no ano de 1991 teve posse consentida, em parte do terreno onde estão residindo o autor Auridelmir, que depois dessa data promoveu algumas benfeitorias em alvenaria no referido local; (...) que, embora demolidas as benfeitorias o depoente com sua escola de samba permaneceu no local; que em 1995 deu início a nova construção, tendo paralisado a obra em fevereiro de 1997; que, da nova construção, não teve aprovação da Prefeitura; que, os autores não consentiram com a nova construção; que, quando da nova construção, de 1995 a fevereiro de 1997, os autores reclamaram perante o Juizado de Pequenas Causas e o Juiz; que, durante o período de 1995 até fevereiro de 1997, período em que reconstruiu a sede da escola, recebeu ordem judicial, tendo repassado essa ordem para o advogado; (...)".

Portanto, todas as ações em detrimento do imóvel de propriedade dos Réus foram realizadas, única e especificamente, pelo Sr. Fernando Rangel, restando descabida a necessidade de chamamento do Autor aos autos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

230

Por fim, ressalte-se não haver qualquer prova da posse do Autor sobre o imóvel objeto da Ação de Reintegração de Posse cuja sentença busca-se rescindir, refletindo assim a ausência de qualquer violação à lei autorizadora do remédio extremo da rescisória.

Neste sentido, já se manifestou esta E. Corte:

.....
PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI NÃO DEMONSTRADA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME. 1. A ação rescisória constitui medida excepcional que somente deve ser intentada para desconstituir decisão judicial de mérito, nas hipóteses do art. 485 do CPC. 2. Fundada no inciso V do art. 485, incumbe ao autor declinar com precisão qual a suposta violação literal de lei que se teria verificado na decisão rescindenda. 3. O manejo da ação rescisória para rediscussão do mérito da ação originária contraria os efeitos da preclusão pro judicato. 4. Preliminar de carência do direito de ação não conhecida. 5. Ação julgada improcedente à unanimidade. (TJPE, AR 132269-8, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgado em 05.06.2008) (g.n)

.....
Isto posto, ausente a comprovação de violação literal a dispositivo de lei, **JULGO IMPROCEDENTE** a demanda rescisória. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa às expensas do Requerente, restando a exigibilidade dos mesmos suspensa, em observância ao art. 12 da Lei 1.060/50⁴.

É como voto.

Recife, 03/02/10

ef. jmm

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Revisor

⁴ Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.